



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 01 / 08

Data da Sessão: 29 de Fevereiro de 2008

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha-----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

----- Aos 29 dias do mês de Fevereiro do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;** -----

-----**PONTO DOIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

-----**PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À “TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS”;** -----

-----**PONTO QUATRO – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO A PROPOSTA DE ADESAO AO “PROJECTO INTEGRADO DO TURISMO PARA A REGIÃO CENTRO”** -----

-

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão às 16 horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo e os PJF de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: Fernando Manuel Dias Monteiro, José Uriel Carvalho Breda e o PJF de Meãs do Campo, sendo estes dois últimos substituídos, respectivamente, por Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo e por Carlos Alberto Salgado Travassos, Secretário da referida JF. -----

-----**Presenças dos Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Góis. -----

----- Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos dos Membros desta AM, que foram despachados e arquivados em dossier próprio. -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

-----O PMAM referiu que, verificada a existência de quórum, se daria, de imediato, início à primeira Sessão Ordinária de 2008, e, obviamente, começou por dar conhecimento que o PCM não poderia estar presente, por se encontrar em Lisboa, reunido com membros do Governo de modo a ultrapassar algumas situações ligadas ao Baixo Mondego, tendo delegado a sua representação, nesta Sessão da AM, no Vereador e vice-presidente, Pedro Machado. -----

-----De seguida, endereçou cumprimentos à MAM, ao vice-presidente da CM, aos Vereadores Municipais, aos Membros da AM, aos PJF, à funcionária Neiva Esteves e ao público, em geral. -----

-----Deixou, também, uma palavra de consideração e estímulo aos dois membros, hoje presentes em substituição dos titulares, desejando, por fim, a todos, uma reunião bem participada, de modo a que a vida autárquica saia dignificada. -----

-----Solicitou, então, que se procedesse à habitual leitura do expediente, pelo que o SMAM, Vitor Travassos, após saudar todos os presentes, referiu a correspondência recebida, que não consta da lista então enviada, a saber: ofício da ANMP remetendo um documento sobre a Lei Eleitoral das Autarquias Locais; um outro do Município de Mirandela com Moção aprovada na AM de Mirandela, sobre o mesmo tema; fax convocando o PMAM para uma reunião da Assembleia Geral da GAM de Coimbra, a realizar no dia 14 de Março, a seguinte OT - extinção da GAM de Coimbra e outros assuntos; ofício da CMMV enviando documentação para a Sessão da AM; circular da ANMP sobre “Revisão do Mapa Judiciário, informando que o mesmo está disponível no site da Associação; ofício do SPRC alertando para a situação da Requalificação do Parque Escolar na Região Centro, onde as verbas não chegam para 1/3 das necessidades face às Cartas Educativas já aprovadas; pedidos de substituição de José Uriel Carvalho Breda e do PJF de Meãs, Armando dos Santos Maia. -----

-----O PMAM colocou à discussão e votação a última acta deste Órgão Deliberativo, do dia 19 de Dezembro de 2007, que foi aprovada por Maioria, com os seguintes resultados:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões – 01;-----

----- Votos a favor – 30. -----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC), pediu a palavra e disse: “Unicamente para reforçar a satisfação pela concordância que se regista em torno dum documento desta natureza o que muito prestigia a MAM e que revela a atitude com que encara a sua elaboração e o cuidado que nele coloca. Acredito que não será fácil, mas a metodologia que tem seguido na elaboração das actas, realmente, tem-se mostrado muito eficaz”. -----

-----Foram, então, dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM, as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

----- E foram aceites:-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Armindo Mota, (CMNRC) ("**Agradecimento à JF de Montemor-o-Velho pela Homenagem prestada aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, no seu aniversário – 24/02**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **01**. -----

----- O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Naturalmente que quero associar-me, não tanto na substância do que acabou de ser lido, mas sobretudo com o papel que as JF representam no apoio aos BVM. Quem esteve presente nas cerimónias de aniversário percebeu, naturalmente, que a JF de Montemor-o-Velho homenageou os BVM, com o monumento ao Bombeiro, ora inaugurado, mas percebeu também que os Bombeiros homenagearam outros PF, no caso o de Arazede. Isto, significa, evidentemente, uma estreita interligação, não só da CMMV, mas também das JF, com os Bombeiros, e com o que eles representam. Neste sentido, o PS associa-se a esta moção, esperando que haja uma outra face àquilo que foi a homenagem dos Bombeiros, ao PJF de Arazede e, isto porque as coisas são para serem ditas nos locais e nos momentos próprios”.-----

----- O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com o simbolismo em que se enquadraram as festividades do 76º Aniversário da ABVM e que gostaria que voltasse a ser Humanitária, até porque tal está previsto em termos estatutários. Não esqueço que a passagem dos 20 anos, da Secção destacada em Arazede, são um marco histórico e, provavelmente, por a JF local esteve de alma e coração com estas festividades e, daí elas terem atingido excelente brilhantismo. -----

----- Relativamente à JF de Montemor-o-Velho, na continuidade de outros trabalhos que têm desenvolvido em prol do futuro, desta vez, coube-lhe uma iniciativa excelente ao instalar a estátua dum bombeiro que visa, não só homenagear os BVM, mas acima de tudo englobar nesse acto todos os Bombeiros de Portugal. Penso, pois, que Montemor entrou para a galeria das localidades que estão a homenagear os Bombeiros de Portugal e é nesse sentido que endereço os parabéns às JF envolvidas, aos BVM, ao seu Comando e Dirigentes”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Como é lógico, associo-me a esta homenagem aos BVM, subscrevendo na íntegra as palavras que foram ditas relativamente à sua acção. Por diversas razões este é um tema que me é muito grato, e, de facto, a ABVM diz muita coisa a quem é de Montemor e, agora, muito particularmente, também, a Arazede. Os momentos que se passam naquela Associação são inesquecíveis para todos, do ponto de vista pessoal e, portanto, penso que todos os que de alguma forma lidaram com os Bombeiros têm sempre uma ligação muito particular com a Associação. Não podemos esquecer que esta Associação viveu alguns anos conturbados, mas não posso deixar de realçar a actividade que alguns camaradas meus tiveram naquela Associação, em momentos particularmente difíceis, lançando as primeiras pedras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

ou pelo menos os projectos e o movimento à volta daquela obra que é hoje o quartel. Mas não posso deixar de lembrar que aqueles momentos conturbados, não estarão completamente sarados, pois continua a haver algum sangue que se derrama diariamente nestas ruas de Montemor, que se reflectem em acções paralelas o que demonstra que há ainda um trabalho que tem de ser feito, que não deve ser esquecido. Aquela Associação estará finalmente pacificada quando houver um esforço adicional no sentido de fazer coincidir as vontades de todos os que adoram os BV”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte Resultado: -----

----- Votos contra: 0; -----

----- Abstencões: 0; -----

----- Votos a favor: 31. -----

----- Esta Moção que foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, (PS) - (“**Felicitações**”), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **02**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra: 0; -----

----- Abstencões: 0; -----

----- Votos a favor: 31. -----

----- Esta Moção que foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos, (CMNRC) - (“**Diversos**”), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **03**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra: 0; -----

----- Abstencões: 0; -----

----- Votos a favor: 31. -----

----- Esta Moção que foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Montemor-o-Velho (“**Moção de Rejeição**”), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **04**. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Este é um dos temas que também queria abordar no PAOD e, permitam-me, considero que é curta a Moção apresentada pelo Grupo da Coligação PSD/CDS-PP. É curta, porque particularizada numa questão que, embora importante, a capacidade de decisão ou participação nas votações dos PJ, fica muito aquém da aberração que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

constitui esta proposta de Lei, acordada e negociada entre o PS e o PSD, registando-se, assim, um certo cinismo nesta proposta, porque não vai onde deve ir. -----

----- A proposta de Lei Eleitoral para as Autarquias Locais admite a possibilidade de um Partido com 30% de eleitores possa ter 50 e tal por cento de eleitos, afastando, definitivamente, os Partidos com menor expressão eleitoral que poderiam ter a possibilidade de ter, pelo menos, um representante. -----

----- Para além disso, admite que o PCM decida discricionariamente sobre a composição do seu Executivo, o que é a pior aberração dos 20 anos desta coligação informal. Pessoalmente, embora partilhe e apoie a preocupação dos PJF relativamente a aspectos desta Lei, lamento que a Coligação PS/PSD/CDS-PP, nesta AM, não a tenha coragem de ir mais longe, confrontando as Direcções dos seus próprios partidos no apoio que deram a todo o articulado da Lei”.-----

----- O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Naturalmente, que escuso de dizer o que já disse na última reunião sobre o assunto, porque nela transmiti a minha opinião e não mudei desde essa data. No entanto, constato que, efectivamente, neste momento há virgens ofendidas. Sabemos que há questões ainda em aberto, mas continuo a defender que deve haver apenas um órgão, não fazendo sentido haver eleições para a AM e para a CM. Defendo que as lideranças são cada vez mais necessárias e, hoje, quando votamos nas eleições autárquicas escolhemos mais líderes do que, propriamente, partidos. Assim, e ao contrário do que disse o Membro Jorge Camarneiro, acho que se deve, de facto, eleger o PCM, que já na Lei actual possui competências próprias, não sendo um órgão do Poder Autárquico mas funcionando como tal. Na actual situação o PCM encontra-se numa posição que me parece algo incompreensível e, por isso, sendo por princípio, contra o que foi acordado entre o PS/PSD-PP, como já disse anteriormente, é evidente que não posso deixar de manifestar esta minha opinião, até porque, no sítio e no momento próprio, dentro do meu Partido, não transmiti opinião diferente daquela que estou agora a manifestar. Todos sabemos que, muitas vezes se fazem apelos para que se encontrem consensos nacionais sobre diversas matérias, mas o que a sociedade hoje nos demonstra é que, efectivamente, os acordos estabelecidos nem sempre chegam ao fim, porque algo acontece pelo caminho. Não posso, pois, deixar de agradecer ao PJF de Montemor-o-Velho, por vir a secundar as posições que, curiosamente, manifestei na reunião anterior. No entanto, fiquei sem saber, e aí secundo o Membro Jorge Camarneiro, quais os objectivos concretos desta Moção: é a ruptura dum acordo, mas que não temos competência para o fazer, ou, pura e simplesmente, trata-se duma questão de manifestação de desagrado através de documentos votados na maior parte das autarquias? Por aquilo que sempre afirmei, naturalmente que me inclino para votar favoravelmente esta Moção, mas de facto ela é curta e atrasada, a não ser que seja mais um pretexto para romper o “acordo”, mas, então, há que assumi-lo dizendo abertamente que faz parte duma estratégia mais ampla. Se assim for,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

recomendarei ao PSD que olhe para o seu Projecto que, afinal, não era este que está discussão. Portanto, meus caros amigos, como diria o outro “à mulher de César não basta sê-lo, é preciso parecê-lo”.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Ouvi com toda a atenção os meus antecessores e, se a nossa Moção é curta, atrasada e fora de tempo, então venham ao jogo, mostrem a vossa. É muito fácil. Esta é a nossa Moção. Do grupo do PS, nesta ou na anterior reunião, não me recorde de ter entrado qualquer tipo de moção na Mesa neste sentido, mas se estiver errado peço desculpa com a minha humildade democrática. Sei que o Membro Fernando Ramos falou sobre esta questão, mas não é fácil apresentar um documento, porque pode ser incómodo para os Partidos, para a disciplina partidária. Apesar de tudo o que se tem escrito e dito sobre o Poder Autárquico, entendo, que nem tudo estava bem a nível do funcionamento das autarquias e, quer queiramos quer não, a bem da funcionalidade, este fato foi feito à medida dos PCM, à margem das outras figuras, como os Vereadores, os PJF e de muitos que andam há 30 e tal anos por estas batalhas. A ANMP tem grandes responsabilidades no assunto e, por isso, não venham agora falar em atitudes irreflectidas. Quando a ANF veio mostrar a sua indignação, os próprios PCM e os responsáveis pela ANMP colocaram-se de lado como se nada se passasse. Com tudo isto a centralidade do sistema futuro vai passar pelo PCM e não aceito que a nova Lei preveja que uma lista que não tenha uma maioria nas eleições possa acrescentar sempre um vereador até chegar à maioria absoluta, quando não o teve nas urnas com o voto popular, com a democracia participativa a funcionar. Para mim, isto é uma perversão do sistema”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu, uma vez mais, a palavra e disse: “Apenas para acrescentar alguma coisa e para corrigir alguns aspectos. Em primeiro lugar, fico satisfeito que um tema polémico como este seja transversal a todos os Partidos, embora com decisão primária ou primeira daqueles que decidem a vida política em Portugal, o PS e o PSD. Se, por um lado, são aqueles que mais terão a ganhar com esta situação, também é verdade que o contrário também tem a ver com todos os Partidos, porque nalgumas regiões vão encontrar-se na posição contrária àquela que as suas direcções hoje defendem em benefício da maioria e dos maiores. A questão tem de ser discutida de uma forma mais ou menos imparcial e, pela primeira, vez era capaz de subscrever por inteiro a última parte da declaração do Membro Mário Pardal e não aquela fase inicial de saber quem foi o primeiro e se houve ou não papel escrito apresentado à MAM que terá ou não mais validade do que a Moção que é dita, até porque, normalmente, não apresento papeis escritos. Mas essa questão não é fundamental. Fundamental é, de facto, para onde é que vai a nossa democracia. Na minha opinião, ela e todas as da sociedade ocidental vão num caminho errado, no afastamento dos cidadãos, na hipótese do Poder se criar com base na futura nomeação de juntas administrativas, de PCM administrativos, de regedores, eu sei lá para onde é que vamos, mas podemos ir por aí,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

porque de facto cada vez mais estamos a afastar os cidadãos na participação na nossa actividade eleitoral. -----

----- Gostava de corrigir o Membro Fernando Ramos dizendo-lhe que o PCM, hoje, já é um órgão: vejamos, o lugar de PCM é um órgão que partilha o Poder com outro órgão que é a CM. A CM tem 2 órgãos e não 1 - o órgão PCM, concentrado num indivíduo mas bem definido juridicamente e o resto da Câmara é outro órgão. Também gostava de dizer que não partilho nada da afirmação de que os eleitores votam é no PCM. Ao aceitar isto significa admitir que há uma coincidência enorme de haver só pessoas valiosas e bons líderes políticos nos Partidos do centrão e, não me digam, que nos outros Partidos não há candidatos com tão boas, iguais ou melhores condições para gerir um Município. E não é por acaso que são os Partidos da Maioria que são eleitos e não os Partidos da minoria, porque isso é treta, isso é demagogia vir com esse tipo de afirmações que me irritam a mim e que sou da Minoria e não acho que tenha menos valor do que outros candidatos que são dos Partidos do centrão. Estas eram as correcções que gostava de fazer”. -

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Naturalmente, que esta troca de impressões serviu para constatar que afinal aquilo de que fui acusado no início relativamente à Moção vir a destempo, ser curta e tudo o resto, tinha razão de ser. Toda a argumentação ora apresentada pela CMNRC foi exactamente nesse sentido, mas enfim, a vida é o que é e evidentemente que teremos um problema com esta situação. Aproveito para solicitar ao PMAM que nos facultasse a cópia da ANMP e da AM de Mirandela sobre a Lei Eleitoral, que entretanto chegaram, para que tivéssemos acesso à posições desses organismos. Esta proposta de Lei surge, de facto, dum acordo que não sabemos se o é ou não, já que ninguém percebe o que é, e ficou a dever-se ao, cada vez mais, chamado centralismo. Se não fossem as eleições para a Câmara de Lisboa terem dado o resultado que deram, diria que a actual AR continuaria a discutir esta e outras Leis eleitorais e, dentro dessa perspectiva, sempre direi sempre em qualquer lugar, que Portugal não é só Lisboa. Todos nós temos ideias próprias, mas é preciso fazê-las valer. Se esta Moção contribuir para alguma coisa, dar-me-ei por satisfeito por a ter votado, apesar de, como referi, vir a destempo e ser curta”.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra: 0;-----

----- Abstenções: 0; -----

----- Votos a favor: 31. -----

----- Esta Moção que foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

-----**Memo** subscrito pelo Membro Fernando Ramos, ("**Visita a São José dos Pinhais**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **05** e que se considera reproduzido na íntegra.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Era também minha intenção referir este assunto e daí, corroborar as palavras do Membro Fernando Ramos. Digo-vos que foi um privilégio ter participado nesta viagem a São José dos Pinhais, sobre a qual tive oportunidade de já ter enviado um pequeno texto referindo isso mesmo. Foi, para mim, uma lição de vida porque temos, normalmente os europeus e mesmo os portugueses, uma grande tendência para desvalorizar aquilo que está fora da Europa e esta visita deu-me, pessoalmente, a oportunidade de observar projectos, de ver estruturas, de ser testemunho de alta investigação e de ver condições que nós todos gostaríamos de ter aqui no nosso Município para nós próprios, para os nossos filhos. Em Montemor falamos hoje na implantação de centros tecnológicos, no âmbito da AGNI ou de um protocolo com a Universidade de Coimbra, Empresas e Municípios. Por exemplo, no IPCAR pudemos assistir, embora de uma forma resumida, a diversas actividades e recebemos informação sobre a actividade do Instituto que tem 600 pessoas a trabalhar, onde a formação mínima é o equivalente a um curso médio em Portugal e, portanto, foi uma grande surpresa. Mais! Foi espectacular ver pessoas, com uma simplicidade enorme, a explicar o que se está a fazer de mais moderno na investigação relativa ao Biodiesel referindo que tal também pode ser um problema - pode ser uma ajuda para a nossa sociedade moderna, mas começa já a ser um problema. Vejamos: o leite está mais caro, os cereais estão mais caros e a comida está mais cara, exactamente porque em muitas e vastas áreas do planeta, inclusivamente em Portugal, já se produzem cereais e outras culturas para fazer combustível e não para alimentar as pessoas. No IPCAR pudemos perceber quais as matérias-primas que, sem prejudicar a alimentação humana, podem para a produção de biocombustível e, portanto, mais limpo e mais amigo do ambiente. Foi espantoso ter estado uma hora numa Escola de Teatro, diria mais Escola das Artes, que me trouxe à memória bons momentos do CITEC e daquilo que pensamos que temos na nossa terra e, afinal, não temos tanto quanto gostaríamos de ter. Ali vimos dezenas ou centenas de jovens envolvidos e empenhados numa actividade interessantíssima e, por cá, as nossas associações, muitas vezes, transformam-se mais em promotoras de espectáculos do que propriamente em organizadores de ocupação dos tempos livres dos nossos jovens. Foi fantástico poder ter assistido a isto, assim como foi fantástico ter estado com o Campeão Mundial de Basquetebol, foi fantástico poder ter contacto com o centro de transportes rodoviários de Curitiba que é uma coisa absolutamente fantástica. Para além de tudo isto e que referi no texto enviado, não posso olvidar que também colhemos lições de democracia. No sistema de transportes de Curitiba, município com mais de 2 milhões de habitantes, e que engloba os concelhos limítrofes, existe algo de sui géneris - quem faz 50 quilómetros de autocarro, paga o mesmo do que aquele que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

faz apenas 1, mais barato do que em Portugal, mesmo nos trajectos curtos e consegue sustentar-se financeiramente quer a nível de renovação da frota, quer a nível dos custos de exploração. Tenho imensa pena que os Montemorenses não tenham podido estar onde nós estivemos juntamente connosco nesta visita. Teriam tido a oportunidade de conviver, de perceber de quanto importante é a língua portuguesa, fundamental neste relacionamento, mas também teriam percebido como pessoas muito simples nos transmitem lições profundas de desenvolvimento e de ambição geral. De facto foi uma lição de democracia e que permitiu perceber a diversidade quando se trata de estudar outras realidades ou manifestar a nossa relação, a nossa paixão para com a nossa terra - a diversidade política não impede que possamos estar juntos e empenhados num projecto que, no fundo, tem um objectivo comum. Era isto que gostava de manifestar sobre a nossa visita a São José dos Pinhais e, agradecer esta viagem e o companheirismo de todos aqueles que estiveram envolvidos, sem qualquer excepção”. -----

----- O SMAM, Vitor Travassos, pediu a palavra e disse: “Foi já referido tudo o que aconteceu em São José dos Pinhais, de 16 a 23 de Janeiro. Foram, na verdade, momentos inolvidáveis ao que se viveram ao longo do primeiro dia, sem esquecer a passagem pela Escola de Artes. -----

----- Depois, é inexplicável o que vimos em Curitiba, no Centro de Transportes ou no Centro de Planeamento ou noutro dia, na chacra do António onde constatámos algo de impensável, face ao que verificamos, hoje, no nosso Baixo Mondego cheio de químicos e de produtos que começam a criar alguns problemas, enquanto a agricultura tinha por base a base biológica, pelo que temos muito que aprender com aquela gente. Uma palavra muito especial para o Comité de Geminação, desde a grande lição que o Professor Chern, que foi pai desta geminação, nos transmitiu com uma vitalidade extraordinária, apesar dos seus quase 90 anos, quer num dia à noite, quer no dia em que estivemos no Boticário, em que a sua própria expressão demonstrava a satisfação por tudo o que estava a acontecer. Trouxemos algo de muito positivo e sentimos que vale a pena estabelecer situações similares, até porque somos 2 povos que falamos a mesma língua”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Felicito os colegas da AM que se deslocaram, em representação do Município e cuja representação merece a aplauso de todos. Eu próprio tive a oportunidade de seguir o vosso percurso e alguma da vida social e gostei muito desta referência hoje aqui feita, porque é muito bom que as comitativas e os grupos de trabalho desta AM, que estejam envolvidos em acções concretas, nos tragam aqui com realismo as conclusões dos trabalhos desenvolvidos, como vocês fizeram e com toda a paixão”. -----

----- O PJJ de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Uma vez que já falei em defesa dos PJJ, também não queria deixar de dar aqui a minha opinião. Acho muito bem que se realizem estes intercâmbios, mas numa próxima gostaríamos que os PJJ fossem representados, porque senão continuamos a ser os parentes pobres da política”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

-----O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Não quero deixar passar esta sessão da AM sem fazer um pequeno reparo sobre a problemática da conclusão da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego e referir aqui 3 pequenos aspectos. O primeiro, para referir que, finalmente, ao fim de 2 anos, o Ministro do Ambiente se tenha dignado a receber o PCM, numa audição que estará a decorrer na tarde de hoje. Permitam-me uma nota em relação a algumas declarações infelizes, como ele próprio reconheceu, do Ministro do Ambiente em relação às inundações urbanas que ocorreram, principalmente na área metropolitana de Lisboa e em que apontou o dedo às Autarquias. Apetece perguntar, apesar de nos podermos dar por satisfeitos por este ano não termos tido problemas ou cheias no Baixo Mondego, se o Ministro do Ambiente, caso aconteça alguma coisa, é capaz de reconhecer a sua falha pelo esquecimento a que tem sido votada esta a Região e a conclusão dessas mesmas obras que deixam, neste momento, algumas zonas do nosso Concelho, como seja os casos particulares de toda a zona baixa de Pereira, Formoselha, Montemor e Ereira, votadas a uma vulnerabilidade acrescida.-----

-----Gostaria de lamentar a alteração do plano de visita do Ministro da Agricultura, ao Baixo Mondego, parece que por uns problemas inadiáveis.-----

-----Por último permitam-me que levante mais uma questão e que se prende com algo preocupante e injustificado e que se prende com o QREN, cujo período de vigência é entre 2007 e 2013. Estamos a chegar a meio de 2008, não há candidaturas abertas, as linhas mestras ainda não estão definidas e, por isso, é altura para perguntar quando é que podemos usar os financiamentos dos Fundos Comunitários para levar a cabo todas as iniciativas que o nosso País precisa em termos de aproximação aos parceiros da União Europeia. É um problema que não poderia deixar de referir, porque acho que isto penaliza gravemente os Municípios, as Associações intermunicipais e esta questão do Baixo Mondego mais uma vez volta a aparecer em segundo ou terceiro plano e não podemos deixar cair isto em saco roto”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: Em primeiro lugar gostava de deixar um voto de pesar pela morte de António Gonçalves que, sendo sogro do nosso Colega desta AM, Fernando Monteiro, foi, também, durante mais de uma dúzia de anos autarca da Freguesia de Santo Varão e foi sempre uma das pessoas mais intervenientes na vida daquela Freguesia e, por isso lhe presto esta singela, mas merecida homenagem.-----

-----Em segundo lugar, gostava de fazer uma referência ao Ciclo de Conferências, Portugal no Mundo. Espero não ir a nenhuma e repugna-me este sentimento discriminatório de quem organiza que, normalmente não prevê, não pensa largo, lato, plural que também no nosso Concelho sempre nos mesmos actores ou pertencentes a determinados quadrantes. Tenho uma opinião diferente e lamento verificar que, num painel duma dezena de intervenientes que vêm falar sobre diferentes sistemas da nossa vida, que reputo da maior importância, não ver ninguém que não seja das áreas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

centrão. Acho que é tempo de sermos mais inteligentes e de não falarmos em segredo, com medo de sermos punidos; não gostamos disto, mas ao mesmo tempo contribuímos no dia-a-dia para que se afunile o pensamento do País. Isto acaba mal, porque a inteligência não pode ser nunca punida nem banida, tem que ser, pelo contrário, privilegiada e ela não reside apenas em 2 Partidos, mas no conjunto da sociedade. Esta nota fica sobre o Ciclo de Conferências Portugal no Mundo e não penso que tenham sido os Rotários a impor que assim fosse. -----

----- Uma outra nota muito rápida para repudiar as afirmações de Ramos Horta no funeral de Suarto, quando fez o elogio ao que contribuiu para assassinar mais de 2 milhões de pessoas durante o seu mandato e ter sido elogiado por quem executa hoje as funções de Chefe de Estado numa pequena Nação, foi vergonhoso. A dependência económica nem sempre significa que nos verguemos ao ditador e o povo heróico que não se subjugou durante tantos anos, não é agora que tem necessidade de o fazer. Ramos Horta e o amigo Xanana Gusmão deram uma péssima lição e estão neste momento a mostrar aquilo que são efectivamente e que foram ao longo dos anos. Gostava de o dizer porque é um dos temas que, particularmente, me revolta. -----

----- Também deixar aqui um voto de repúdio por mais uma atitude do Ministério da Agricultura: como não bastasse ter sido pioneiro na promoção das listas dos excedentários, há 2 ou 3 confrontou os seus funcionários com o cancelamento dos cartões de combustível, mostrando o desprezo a que este Governo já nos habituou. Isto mostra, de facto, aquilo a que estamos a chegar, que é o desprezo total, uma diferença, uma separação tão grande entre quem exerce o Poder e quem é dominado por ele.-----

----- Terminava com uma referência à política deste Governo, lembrando que os 20% mais ricos deste País, já ganham 9 vezes e meia mais do que os 20% mais pobres, há pouco tempo eram 7 vezes, apenas 4 vezes e meia há 20 anos e na Suécia ou Dinamarca é, apenas, de 4 vezes e pouco. Aproveito para lembrar que na Banca Portuguesa, embora num momento de crise e de desnorte no BCP, os principais Bancos apresentaram mais 500 milhões de contos de lucro, dizendo, mesmo assim, a Caixa Geral de Depósitos que não atingiu a meta que esperava. Como sabemos que esses lucros são feitos à custa da diferença entre as taxas activas e passivas, significa que alguém pagou esses lucros - fomos todos nós, que pedimos dinheiro à para comprar casa, para a nossa actividade económica ou para dar um futuro melhor aos nossos filhos. Também, já agora gostava de não deixar esquecer que estamos a pagar mais impostos, que temos mais encargos, temos menos benefícios fiscais que, enfim estamos mais pobres. Os portugueses estão bastante mais pobres. Temos novos Ministros, mas não nos preocupamos, porque os actuais e os ex não deixaram de ser empregados daqueles que ganharam 500 milhões de contos no ano passado e, é isso que me revolta e continua a revoltar olhar para o nosso País e verificar que estamos a caminhar definitivamente para um País do terceiro mundo onde iremos parar com a política que tem sido seguida por este Governo e por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

outros. Os professores não saem da rua, incluindo socialistas e social-democratas, muitas vezes à margem dos sindicatos, na saúde é o que vemos, não vale a pena comentar e este País qualquer dia transforma-se numa faixa de 50 km ao longo do mar, porque pela teoria económica que prevalece, só quem tem indicadores positivos de rentabilidade é que pode ter direito às mordomias do orçamento e, o orçamento continua a alimentar quem nada faz e nada contribui para o desenvolvimento do País.” -----

-----O PJJ de Santo Varão pediu a palavra e disse: “Apenas para me associar às palavras do Membro Jorge Camarneiro no reconhecimento do contributo do município António Gonçalves, falecido ontem, ao associativismo local, nomeadamente ao Rancho de Santo Varão e como autarca de Freguesia ao longo de vários mandatos”.-----

-----**PONTO DOIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Começo a preocupar-me, seriamente, com a situação de tesouraria de curto prazo da CMMV, que já atinge números muito elevados e talvez não fosse mau termos um pouco mais de conhecimento do que se passa. Não queria levantar esta questão na ausência do PCM, mas agradecia, se possível, ao vice-presidente que tomasse a devida nota e nos dissesse se tem conhecimento de alguns dados sobre o assunto. -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “É coincidente a minha preocupação sobre o assunto da situação de tesouraria, mas também, outro tema já aqui falado, que se refere ao QREN. Consta na Informação do PCM uma reunião na CCRC, no âmbito do POCentro gostaríamos de saber se, algo possa acontecer. Depois, uma última nota, desculpar-me-ão: se tal não acontecesse no capítulo “educação” nem lhe teria dado importância - Natal há só um e, portanto, referir festas de Natais é uma coisa que me custa a entender, ainda por cima neste capítulo”.-----

-----Ao vice-presidente, Pedro Machado, foi dada a palavra, tendo dito: “Cumprimento, naturalmente, o PMAM, os secretários, os Membros da Assembleia e os meus colegas Vereadores. Permitam-me que explique a ausência do PCM nesta AM: estava agendada uma audiência com o Ministro do Ambiente para hoje de manhã mas, por razões que não vamos agora aqui discutir, foi-lhe pedido que essa reunião tivesse transitado para a parte da tarde. Face à importância especial de 3 dossiers, a questão da Obra Hidrográfica do Mondego, a resolução da AR, em consequência da visita da Comissão Parlamentar de Agricultura ao Baixo Mondego e o facto de o PCM ser também o Presidente da Associação do Baixo Mondego, levou-o a não deixar de aproveitar esta oportunidade para falar directamente com aquele membro do governo e também responsável pelo QREN, sem menosprezo, obviamente, pela AM. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

-----Hoje, como sabem, abre a 6ª Edição do Festival do Arroz e, à semelhança das edições anteriores, em nome do PCM e a seu pedido, convidava todos para estarem presentes, no acto de abertura, previsto para as 19 horas, para o qual foi convidado o Governador Civil. Sinceramente, espero que este convite seja aceite, dentro de uma sã convivência democrática entre todos os eleitos e considerando que o certame é reconhecido por todos como evento de cariz regional que projecta, não só o nome de Montemor-o-Velho, mas também nos apresenta uma parceria e uma participação efectiva de uma das nossas maiores riquezas que é o associativismo local, os nossos produtos e a nossa cultura. -----

-----Quanto às questões que aqui foram colocadas se o Membro Jorge Camarheiro entender necessitar de algum esclarecimento objectivo, específico sobre a grelha que é apresentada na Informação Escrita que acompanha o relatório, o responsável pelo Sector Financeiro, Paulo Teixeira, estará habilitado para responder a alguma questão que possa estar menos clarificada”. -----

-----O responsável pelo Sector Financeiro usou da palavra e disse: “Não sei se sou a pessoa indicada para prestar as informações que, eventualmente, os Membros da Assembleia pretendem, atendendo a que isto é o resumo da actual situação financeira e, de facto, o passivo, é o que consta do mapa. Em relação à referência a outros credores, tem a ver com uma parte da dívida que está a ser canalizada para empréstimos e, nomeadamente, as dívidas das tranches que ainda estamos a dever às JF”. -----

-----O vice-presidente usou, de novo, da palavra e disse: “Obviamente, que o facto de o PCM não estar, não significa que a AM fique coarctada na necessidade de ser esclarecida. Também é sobejamente conhecido de todos que a minha situação de Vereador, sem tempo, na CM me limita muito na Informação, mas solicitarei a presença dos Directores de Departamento, para prestar os esclarecimentos julgados convenientes. -----

-----Quanto ao QREN continuamos sem data precisa para a apresentação dos Regulamentos e consequentes candidaturas. Eu próprio, num outro contexto, tive uma reunião com o Presidente da CCDR que, também, disse que estaria, para breve, essa mesma regulamentação, vivendo-se, portanto, numa perfeita indefinição. Estamos a 29 de Fevereiro, sabemos que o QREN, para efeitos da despesa ilegível contabiliza a partir de 1 de Janeiro de 2007, mas a ausência da orientação, em relação aos eixos e às medidas que possam autorizar e possibilitar os vários candidatos e candidaturas não está, ainda, disponível. Vamos aguardar que o PCM seja portador de boas notícias sobre o assunto. -----

-----Solicitou-me, ainda, o PCM que fizesse uma referência específica à viagem ao Brasil: a reserva que tinha em relação às chamadas geminações, bem notória no primeiro mandato, veio a desfazer-se com a visita agora efectuada quer nos moldes que já aqui foram testemunhados e apresentados, na própria composição da Comitiva que representou Montemor e também em relação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

aos resultados que, seguramente, todos começaremos a ver. Julgo que, não só do ponto de vista político municipal foi bastante enriquecedor já que tornou possível reforçar aquilo que já eram laços fortes de amizade, mas mais do que isso foi o que podem significar, a curto ou a médio prazo, as experiências na área do empreendedorismo, da cultura ou até da educação e o reforço significativo para que os actuais e os futuros responsáveis de São José dos Pinhais e de Montemor tenham uma nova perspectiva em relação ao que são as geminações”. -----

-----PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À “TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS”; -----

----- O Membro Jorge Camarheiro pediu a palavra e disse: “Este ponto tem a ver com uma forma de fazer política que não me agrada nada, mas a verdade é que quando se discute qualquer proposta nesta AM que venha do Grupo da CMNRC é impossível fazer-lhe qualquer alteração, mesmo que seja válida ou importante a não ser quando o descontentamento popular ou dos visados se consegue converter num movimento representativo. Aconteceu, precisamente, assim quando há um ano atrás se fez o aumento completamente desbragado e descuidado das taxas sobre tudo e mais alguma coisa, preservando-se apenas o preço da água porque, para isso, aguarda-se a adesão às Águas de Portugal, com a qual não concordo. Para além disso, aí ninguém mexe, para já porque tal iria implicar com os 25 mil cidadãos do Concelho e isso é perigoso. Depois há a noção de que existe aqui uma malta, que dá apoio ao Executivo, que sabe fazer tudo bem e não se engana, que lhe disse que o aumento registado, mesmo assim, ficava 20% abaixo das taxas nos Concelhos limítrofes e, então, vai de elaborar as tabelas. Recordo que, na altura do debate se registou um conjunto de situações nada agradáveis, suscitadas pelo Grupo do PS, a exemplo do que já tinha acontecido na reunião da CM, mas os aumentos brutais que eram apontados foram desmentidos pelo Executivo e, agora verificamos que, na realidade, as taxas tinham aumentos incompressíveis. Mais, havia municípios que tinham já largos milhares de euros a pagar e a forma como foram alertados para o facto, pelos serviços correspondentes também não terá sido a mais correcta. Para além disso verificavam-se situações díspares entre quem tinha cumprido o regulamentado e, no momento próprio, registaram os seus toldos e ou reclamos e aqueles que, por desleixo ou vontade própria nunca o fizeram. Quem não fez o pagamento até ao fim do ano, entretanto, levou com o regulamento novo e havia casos em que se registavam aumentos na ordem dos 3 mil por cento. Bom, isto conduziu a esta manifestação de descontentamento e levou a que o PCM, a Directora de Departamento e muitos outros responsáveis fossem confrontados com a situação fosse em que lugar fosse e, portanto, isto teve que chegar a este ponto. No fundo penso que todos nos enganamos, ninguém é perfeito, não há uns que são mais espertos que outros, mesmo que sejam do PS ou do PSD, mas é mais uma lição de vida, para a maioria actual, de que é preciso pensar antes de agir.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

Tudo isto serve para vos recordar, para vos alertar para que sejam mais humildes na direcção do Concelho”. -----

----- O Membro José Laranjeiro Costa pediu a palavra e disse: “Relativamente a esta questão gostaria de tecer algumas considerações breves. A determinada altura, na acta que nos foi enviada, e a propósito dos reajustes de valores e dos espaços de afixação, diz-se que a CMMV ouviu alguns comerciantes e os próprios PJF e gostaríamos de ter a percepção de que na realidade assim foi. Temos algumas dúvidas, mas gostaremos que assim venha a ser, pois entendemos que é importante envolver os PJF neste processo, no sentido de poderem ser encontrados espaços adequados para a colocação de algum tipo de publicidade, que acaba por ser exposta de forma anárquica, ao sabor e à vontade de quem a coloca, em postes, em árvores, em muros, em locais de espaços do domínio público ou do domínio privado e que de alguma forma são, por vezes, agressivas em termos de visibilidade de imagem e para o próprio ambiente. Por outro lado e tendo em consideração que a CM está a notificar os titulares de suportes publicitários para regularizarem a sua situação, parece-nos importante que se façam, na altura do licenciamento, acções de sensibilização para que os promotores da publicidade procedam à sua remoção quando esta terminar a sua eficácia. É fácil passarmos pelo Concelho e verificarmos que há publicidade exposta relativa a eventos passados, há muito e, obviamente, quem coloca a publicidade tem a competência de a retirar a tempo e horas, até porque alguma parte dela é em plástico e que ficam penduradas até que as condições climáticas as rasguem e contribuam, também, para a poluição ambiental. É evidente que entendemos que os serviços da Autarquia têm uma acção importante do ponto de vista da fiscalização, em identificar, não só os responsáveis por aquela que permanece para além do tempo necessário, mas também os que a colocam sem estar licenciada, contribuindo, assim, para a equidade no tratamento daqueles que cumprem e dos que não cumprem. No nosso entendimento, essa intervenção passa, em última análise pela sua remoção, triagem, acondicionamento e promoção de reciclagem sempre que seja possível, ainda que, obviamente, desta acção venham claramente a resultar medidas de penalização ou coimas para quem não cumprir e, logicamente, que o ambiente agradece. Temos hoje problemas ambientais bastante graves; há pouco, referíamos a questão de chuvas que, hoje, ocorrem em ciclos irregulares ou temos períodos de seca alargados e isto tem consequências bastante gravosas para quaisquer que sejam os sectores da actividade e particularmente para a zona onde estamos inseridos”. -----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto vou ser breve, já que o que tinha a dizer sobre assunto já o disse em tempo útil e o tempo veio a dar razão à posição assumida pelo Grupo do PS. Nota-se, agora, que houve uma tentativa de adaptação destas taxas à realidade de quem tem um estabelecimento aberto no nosso Concelho, às dificuldades que tem e ao volume de negócios que consegue obter. Mesmo assim o nosso grupo vai-se abster”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “À semelhança do que já aconteceu no Órgão Executivo da Câmara achamos que as justificações apresentadas são, totalmente, explicáveis e aceitáveis e com as quais estamos de acordo. Gostei da intervenção do Membro José Costa, que considero pertinentes, porque não interessa só licenciar, só estabelecer taxas, mas interessa levar o processo até ao fim e fiscalizar porque isso é muito importante. Apelo à CM para que a instrução dos processos de licenciamento seja descomplicada para que os processos não fiquem muito onerosos, não querendo, no entanto, dizer que não seja rigorosa na observância dos aspectos gráficos e visuais onde a publicidade se insere. Esta é uma questão que julgo que é muito importante. Há zonas do País em que quem gere esta questão é a JF, com poderes delegados, provavelmente. Para que todo o processo se desenvolva correctamente têm de existir diversos actores preparados para que possam fazer uma actividade inspectiva e de licenciamento capaz e profissional porque, principalmente, em localidades que possuam zonas históricas é preciso ter muito cuidado com o tipo de publicidade que se permite. O nosso Grupo está disponível e sensibilizado para esta situação e entende que só com o voto favorável conseguimos ter a humildade política suficiente para levar esta questão à aprovação. Quando votámos, da outra vez, foi dentro dum pressuposto de uma informação técnica de que isto andaria muito à semelhança do que se passava do ponto de vista regional”. -----

-----O vice-presidente usou da palavra e disse: “Iria pedir, naturalmente do ponto de vista técnico, à Directora de Departamento que fizesse os esclarecimentos necessários, fazendo, no entanto, 3 comentários prévios. -----

-----Dizer-vos que partilho das preocupações que o Membro Laranjeiro Costa lançou e julgo que essa preocupação é comum a todos. O Executivo está a actuar da forma que vos vai ser transmitido, tendo por base o que é provocado pela degradação que trazem ao ambiente sob diversos aspectos, nomeadamente, estético e visual.-----

-----Obviamente que teremos em conta a proposta do Membro Mário Pardal relativamente à facilitação do processo e em relação aos comentários do Membro Jorge Camarneiro direi que aligeirou a sua intervenção sobre o papel da Câmara. Este é um papel delicado e sério e julgo que foi esse o espírito que presidiu à avaliação em relação à proposta de alteração do regulamento, tendo presente não só as contradições que existiam, pela sua não actualização desde 1998, mas também porque em muitos casos foram detectadas incorrecções e procedimentos desajustados e, por isso, a proposta aqui vem hoje suficientemente justificada, mas a Directora de Departamento fará alguns esclarecimentos mais pormenorizados sobre algumas das questões levantadas”.-----

-----A Directora de Departamento usou da palavra, dizendo: “Começaria por reforçar que, neste momento, está a falar-se de alteração às taxas e não do Regulamento de Publicidade que é muito antigo e está a ser revisto e mesmo hoje há já algumas correcções pontuais. Os documentos que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

constavam no verso do modelo do requerimento, que o ano passado foi inserido na página da Internet, tem a listagem dos documentos que são necessários para instrução do processo de licenciamento e, não indo contra o Regulamento, mas torcendo-o um bocadinho tirámos alguns documentos que eram exigidos e isto só para dar um exemplo da tal descomplicação que deve ser feita e isto não viola a Lei nem o Regulamento. Enquanto se prepara um novo Regulamento e está já a ser elaborado um projecto, ouvindo-se informalmente as pessoas que se vão dirigindo à Câmara, recolhendo sugestões até chegar à fase pública de discussão, inclusivamente com JF, com as Associações e com os comerciantes. -----

----- Outro dos passos prometido e que será o próximo, será o acabar com as plantas a escalas complicadas, que obrigaria a despesas enormes com projectistas, arquitectos, engenheiros, pedindo-se apenas, e a exemplo de Câmaras bem próximas, uma memória descritiva, acompanhada com a fotografia digital. Montemor, por exemplo, tem muitas áreas de protecção dos monumentos classificados e aí, porventura, vai ser diferente. Quero esclarecer que as cartas que foram enviadas aos Municípios não falavam em taxas e isto deu também uma confusão muito grande na reunião de Câmara. Ninguém pediu a ninguém para pagar taxas; o que se pediu foi que viessem licenciar a publicidade, porque na minha opinião, era injusto que na mesma rua ou na mesma praça um pague publicidade e outro não e isso é que tinha que terminar. O que se pretendeu foi fazer um levantamento da publicidade e os fiscais foram para a rua fotografar, mandaram-se cartas às pessoas que agora vêm dizer de sua justiça. Na questão do aumento das taxas, foram feitos estudos comparativos com os Municípios de igual dimensão e vizinhança e, em alguns casos, a Figueira que tem maior dimensão tinha taxas inferiores a Cantanhede ou a Condeixa. Fez-se uma comparação e os valores não eram superiores, a não ser no caso do Castelo que são situações específicas e a proposta mantém-se dentro desse quadro, mantendo-se abaixo das dos Municípios envolventes. As elevadas percentagens de aumento referidas, muitas vezes, decorriam de alguma incorrecção no passado, aquando do licenciamento e as pessoas estão esclarecidas. Por outro lado, estão sensibilizadas, perceberam que a ideia é retirar publicidade que polui visualmente e degrada o aspecto da Vila - não é por ser maior que a placa é mais apelativa, se calhar se for de melhor qualidade, menos colorida, será mais proveitosa. Esta será, eventualmente, a política do nosso regulamento. -----

----- Quanto às taxas, a proposta foi negociada, entre as pessoas que reclamaram e uma nova apreciação feita pelo PCM em primeira linha e depois pelo Executivo. Relembro que o novo regime das taxas das Autarquias impõe que, até 1 de Janeiro de 2009, se tenham que fixar novas taxas, com novas regras de avaliação que vão decorrer dos custos ou eventualmente do benefício que o particular recolhe de determinada situação que pode até ser a da publicidade, pelo que é uma situação transitória. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29***

----- Quanto à publicidade das vias, essa é uma das nossas grandes preocupações. Os fiscais depararam-se com um grande problema: vêm os cartazes afixados mas não sabem quem os põe e, caímos aqui na questão das Associações que, muitas vezes, contratam empresas para a afixar e depois não controlam quantos cartazes são e onde são colocados e acham que não têm que remover, se pagaram para serem postos. Estamos atentos e, inclusivamente, estamos a tentar, que as Associações nos identifiquem qual foi a empresa que contrataram para colocar a publicidade e lhes dêem a indicação de que no prazo de “x” dias, após a ocorrência do evento, terá que ser removida. Neste momento optámos também por informar as Associações, quando vêm requerer licenças de ruído ou de recintos improvisados para festas, que se vão colocar publicidade, dois ou três dias após o evento, terão de a remover pois se não o fizerem serão responsabilizadas por tal atitude. Portanto, esta atitude pedagógica já está a ser posta em prática”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Mesmo assim e apesar de todas as explicações, gostava de relembrar que alguns regulamentos nesta casa são feitos com uma ideologia que me agrada pouco e é por isso que estou a dizê-lo. Gostava que não se repetisse o mesmo que no Regulamento de Trânsito que não funciona, porque a sua filosofia pretende impedir-nos o acesso àquilo que é nosso, à nossa terra, feito a maior parte das vezes por pessoas que, com todo o respeito por todos os que trabalham nesta casa, não se identificam a maior parte das vezes com a terra, tratam disto como se trata de uma obra de arte, uma planta de desenho e, portanto este é o problema de quando se pensa em Montemor e, pensa em Montemor muitas vezes quem de facto não tem uma relação de paixão com a Vila, com o Concelho. Que me importa a mim que o meu amigo onde eu quero ir comprar, mesmo mais caro do que na cidade, tenha um toldo com 3 metros? Porque é que tem que pagar centenas de euros para ter um toldo? Estou contra, não só o aumento das taxas, mas também contra esta própria filosofia de querer gerir, de querer regulamentar, de querer regular tudo. Nós pagamos impostos para quê? Para que os serviços da CM, no dia a seguir às eleições comecem a retirar, como fazem na feira. Porque é que vocês não obrigam os comerciantes, os feirantes a tirar o lixo que deixam em cada dia de feira? Temos serviços que têm de funcionar, que têm de prestar um serviço ao cidadão; não é só recolher a receita, têm que ter contrapartidas e, portanto, deveria começar pelos Partidos que se candidatam às eleições com a publicidade que colocam ou mandam colocar. Isto é o que me preocupa mais - tal como nos Bombeiros, os clarins davam instruções para defender muitas vezes a vida dos homens em situação de fogo, quando não havia telemóveis nem outras coisas, serviam para defender e alertar para problemas que poderiam ocorrer, também nós muitas vezes o que fazemos é tentar alertar e não mais do que isso”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, de acordo com os seguintes resultados: -----

----- Votos contra – 0; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

----- Abstenções – 15; -----

----- Votos a favor – 19. -----

-----PONTO QUATRO – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO A PROPOSTA DE ADESÃO AO “PROJECTO INTEGRADO DO TURISMO PARA A REGIÃO CENTRO” -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Tentarei ser breve: tenho uma questão relativamente a este ponto, não propriamente em relação à substância e ao que aqui está escrito mas sobretudo pela forma como ele vem instruído. É claro, das competências desta ou de qualquer AM, que as situações de adesão têm que vir sempre acompanhadas com as condições de adesão, por mínimas que elas sejam, o que não acontece neste caso, pois falta um documento que é referido na acta do Executivo. O que se está a pedir a esta AM é a adesão a um projecto que irá ser benéfico para o concelho e o Grupo do PS está disponível para isso, mas é necessário, na minha opinião, para que esta própria deliberação não vá depois, enfim, chocar com uma complicação que possamos falar abertamente no assunto. Evidentemente que temos aqui duas hipóteses e nós quisemos fazer isto na boa fé e bem feito, mas, necessariamente, teremos aqui algumas coisas que acho que às vezes não se ouvem bem, ou só tardiamente se ouvem, mas naquilo que nos quiserem ouvir no momento certo, penso que podemos falar desta questão”.-----

----- O PMAM interrompeu a Sessão por 3 minutos para esclarecimento da situação tendo proposto fotocopiar o documento para que se pudesse discutir, o que foi aceite pelos Grupos da AM.

----- O Membro Jorge Camarneiro disse: “Deduzi deste ponto que estivéssemos a aprovar a adesão à elaboração dum projecto promocional, do qual, mais tarde, viria a proposta e daí que não tenha suscitado nenhuma questão, porque daqui até um projecto final deveria decorrer algum tempo, seria mais a elaboração de uma proposta e para mim este ponto era pacífico. Mas percebo claramente a posição”.-----

----- A Directora de Departamento usou da palavra e disse: “Aquilo que se pretende, neste momento, é obter o consentimento da AM para que o Município adira a esse projecto ligado ao turismo, que tem como comparticipação financeira 6 mil euros, por parte da Região de Turismo e 3600 euros assumido pelos Municípios envolvidos. Peço imensa desculpa por não ter sido distribuído o documento em causa”.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra: 0;-----

----- Abstenções: 0; -----

----- Votos a favor: 34. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Fevereiro, 29

-----Esta Moção que foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

-----Foram todos os pontos presentes a esta Sessão aprovados por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

-----Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 19 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos